The Library
of the
University of North Carolina

Endowed by The Dialectic
and
Philanthropic Societies

610.9469
L53m

610.9469 Leite de Vascon-
L53m cellos Pereira
de Mello

DATE
NOV 14

This BOOK may be kept out TWO WEEKS ONLY, and is subject to a fine of FIVE CENTS a day thereafter. It was taken out on the day indicated below:

# Medicina dos lusitanos

B

FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA

PRIMEIRO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA RÉGIA ESCOLA DE CIRURGIA DE LISBOA

MDCCCXXV — MCMXXV

# Medicina dos lusitanos

POR

J. LEITE DE VASCONCELLOS

LISBOA
MCMXXV

610.9469
L53m

Library, Univ. of
North Carolina

CONFERÊNCIA FEITA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1925, NA SALA DOS ACTOS DA FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA POR J. LEITE DE VASCONCELLOS, MÉDICO PELA ANTIGA ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA DO PÔRTO, PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, DIRECTOR DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

244438

À

*memória de meu avô paterno*

RODRIGO CARDOSO PINTO,

*da vila da Ucanha,*

*Bacharel em Filosofia, e formado em Medicina,*
*pela Universidade de Coimbra,* † **1819**

SENHOR DIRECTOR DA FACULDADE
DE MEDICINA DE LISBOA;
MINHAS SENHORAS;
MEUS SENHORES:

Por *Lusitanos* entendo aqui, de modo geral, os habitantes da Lusitânia; e por *Lusitânia* a parte da antiga Ibéria a que hoje corresponde quási todo o Portugal, a Galiza, e algo da Hespanha até Mérida, isto é, Lusitânia portuguesa e Lusitânia hespanhola, subdividida esta em galega, castelhana e hispano-estremenha, segundo as ideias que expendi nos três volumes das *Religiões da Lusitânia:* I, XX II-XXV; II, 7-47 e 341 e 343; III, 164-176 e 631. No que vou dizer, tenho em mente sobretudo a Lusitânia portuguesa. A parte de Portugal que não pertencia à Lusitânia fica além Guadiana, e pertencia à Bética.

Como da conquista romana da Ibéria, e *ipso facto* da Lusitânia, que fazia parte d'ela, resultou grande abalo na vida social da Península, podemos considerar na história da Lusitânia três períodos maiores:

1) pre-romano, desde os tempos primitivos até o século II a. C., em que os Romanos, conforme os textos dos A A. clássicos, apareceram a primeira vez na Lusitânia;

2) lusitano-romano, desde então até o século V da era cristã, em que, com a invasão dos Germanos, terminou o domínio oficial romano;

3) post-romano, ou lusitano-germânico, do sec. V ao VIII, em que vieram os Árabes.

No período pre-romano temos de distinguir: a idade da pedra, ou pre-histórica, isto é, paleolítica, ou da pedra lascada, e neolítica, ou da pedra polida; e a idade dos metais, ou proto-histórica, isto é, do bronze e do ferro. Na transição da pedra lascada para a pedra polida está o período dos *kjoekkenmoedinger* do vale do Tejo, paralelo ao que Obermaier, na recente 2.ª edição do seu livro *El hombre fosil* chama capso-tardenoisense. O fim do período neolítico e o comêço do dos metais formam o período calcolítico, que os arqueólogos chamam comummente *eneolítico,* e a que dão como início uma data anterior a 2500 a. C. (1). O período do ferro (cêrca do sec. x a. C., ao I) é o lusitânico pròpriamente dito, porque é dos Lusitanos d'então que nos falam os A A. antigos.

Vou expor em seguida o que pude descriminar da história da medicina lusitana nestes vários períodos.

A medicina dos Lusitanos foi já objecto de um trabalho publicado em Lisboa em 1821 pelo D.or José Maria Soares, como 1.º de uma série de outros que o A. tencionava fazer, e que não chegaram a vir a lume, intitulados de modo geral *Memorias para a Historia da Medicina lusitana,* tomada aqui a palavra *lusitana* no sentido de «portuguesa». A parte publicada consta de quatro capítulos: da Medicina lusitana antes da invasão dos Romanos, depois d'ela, depois da dos povos do Norte, e depois da dos Árabes. Por causa da escassez de elementos para os capítulos I e II, o A. compôs uma história sumária da Medicina antiga, e deduziu d'ela, apoiado em alguns poucos factos, as ideas que se lhe afigurou corresponderem ao tema que queria tratar. Só o capítulo III tem alguma novidade, por causa da menção do Código Visigótico. Do cap. IV não me importa aqui falar, porque os Árabes não pertencem à Lusitânia.

Sendo a Arqueologia a fonte principal em que há-de beber quem tentar escrever a história da Medicina lusitana, e estando ela hoje um pouco mais adiantada do que nos dias do D.or Soares, não parecerá inoportuno retomar o assunto. Abalancei-me eu a isso, não por me julgar o mais competente, mas porque, desejando acompanhar de umas palavras a exposição que aqui faço de alguns objectos pertencentes ao Museu Etnológico, de que sou Director, aproveitei a ocasião de coordenar os apontamentos que a pouco e pouco reünira para a

história primeva da Medicina nacional *(lato sensu)*, — os quais pela mor parte estavam incluídos, com outro intuito, nos três volumes das *Religiões da Lusitânia*, —: e peço licença para em seguida os apresentar a V V. Ex.as Ao mesmo tempo sirva o pobre trabalho, que vou ler, de preito da admiração que voto a esta Escola, onde tão fulgurantes engenhos se têm educado, para proveito da humanidade, e honra do nome português.

## I. Medicina pre-histórica

Raciocinando por analogia com o que se passa nos povos selvagens, que, continuem ou não, no todo ou em parte, povos primitivos, representam mais ou menos civilizações muito remotas, — seria fácil delinear um quadro da Medicina dos povos pre-históricos do nosso território; contudo não desejo sair muito do campo dos factos, e posto que às vezes raciocine realmente por analogia, procurarei sempre, no que vou dizer, uma base arqueológica em que me apoie.

A Medicina do período paleolítico e do dos *kjoekkenmoedinger* é para nós, no estado actual dos nossos conhecimentos, sombra cerrada. ¿Que adiantaria eu em supor que, assim como certos povos da Oceania, que estavam na idade da pedra na ocasião do descobrimento, atribuem as doenças a maquinações de inimigos que furtam a alma do doente ou lhe introduzem no organismo, por acção sobrenatural, certas substâncias (2), o mesmo aconteceria nas tribus chelenses que vagueavam pelas encostas do Casal do Monte, e nos míseros pescadores que nos deixaram as concharias dos arredores de Muge?

Únicamente no período neolítico final, ou calcolítico, descortinamos algumas ideas mágicas, em amuletos, às quais não é absurdo supor que se subordinassem várias doenças, e além de outros factos a que em breve me referirei, encontramos verdadeira cirurgia na prática da trepanação.

Dos amuletos, um d'êles rodela craniana, já tratei no vol. I das *Religiões*, pag. 111 a 154, e pag. 184 a 186, e não quero repetir o que lá disse. Da trepanação também falei no mesmo volume, pag. 170 a 197, e aí mencionei um fragmento de crânio achado pelo falecido

geólogo Joaquim Delgado no depósito neolítico da gruta da Casa da Moura, no qual fragmento se observa um começo de trepanação. Depois da publicação d'aquele volume enriqueceu-se a nossa Arqueologia com mais um caso de trepanação, d'esta vez levada a cabo: refiro-me a um crânio do Museu Etnológico, desenterrado da gruta da Galinha, ao pé de Alcanena, do período calcolítico, crânio dolicoide, pertencente a pessoa do sexo masculino e adulta. O orifício, de forma de elipse, mais ou menos regular, cujo eixo maior tem uns 6 milímetros, e o menor uns 5, foi aberto na sotura sagital, próximo da coronal ou fronto-parietal; os seus bordos estão cicatrizados, e a cicatriz estende-se em volta, ocupando um espaço arredondado, de 12 a 15 centímetros de eixo ou diâmetro. A cicatriz mostra não só que a operação se fêz em vida, mas a perícia do operador. **Fig. 1.ª**

A trepanação é praticada por muitos povos selvagens da actualidade com instrumentos de pedra, e outros de aspecto primitivo (3), e com ela acodem à cefalalgia, epilepsia, vertigens, fracturas do crânio, etc. (4), ainda que nem sempre sem razões sobrenaturais, pois crêem amiude que a operação tem por fim abrir passagem a um mau espírito, causador do sofrimento (5), ou então deixar sair a alma do morto, quando efectuada a operação *post mortem* (6).

Vejamos agora a outra série de factos a que aludi.

Todos os que estudam a nossa Arqueologia têm encontrado, ou pelo menos têm visto, lâminazinhas de cristal de rocha e de silex, tão estreitas e tão curtas, que os deixam sempre perplexos acêrca da aplicação d'elas. Para citar uns tantos exemplos, lembrarei algumas de cristal de rocha e de silex que se descobriram em orcas da Beira, num local da Estremadura e em antas do Alentejo, lâminas que estão hoje no Museu Etnológico Português. **Fig. 2.ª** a **5.ª** Na anta grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo) apareceu a par um núcleo de cristal de rocha com delgadinhas falhas correspondentes a lâminas que se lhe haviam extraído. Para a extracção deviam servir percutores igualmente pequenos, de quartzo, como um do alfoz de Lisboa que se guarda no mesmo Museu, e outros que sei existirem em poder de particulares.

¿De que modo se utilizariam lâminas de tão exíguas dimensões? Talvez, entre outras serventias, se empregassem como instrumentos

cirúrgicos, isto é, de pequena Cirurgia, ou como melhor diríamos, *Cirurgia menor,* por oposição a *Cirurgia maior,* visto que também dizemos *ordens maiores & ordens menores, arte maior & menor, estudos maiores & menores,* expressões que datam do tempo em que em Portugal se dava maior aprêço do que ao presente à boa linguagem.

Tais instrumentos, ou micrólitos, devidamente encabados de madeira ou osso, podiam servir de lancetas de sangrar, de sarjadores, e de postemeiros. De operações d'estas, feitas com instrumentos rudimentares, nos dá muitos exemplos a Etnografia comparativa.

A sangria, se actualmente vai em decadência, teve tanta voga em todos os tempos, desde a antiguidade, em Egípcios, Índios, Gregos, Romanos (7), que o D.or Curvo Semedo, no século XVIII, chegou a dizer que quási não havia doença em que ela não interviesse, d'onde se seguia declararem os do vulgo maliciosamente, o que o mesmo autor pondera com amargura, que os médicos não sabiam senão sangrar (8). Os povos selvagens, e de carácter primitivo, sangravam-se ou sangram-se com instrumentos de pedra, e de osso, por exemplo os antigos Peruvianos, os Papuas, os indígenas da Austrália, e algumas tribus da América Septentrional e Central (9). Com lascas de silex e de obsidiana, ou facas, sarjam o corpo em varios males os Índios da Baixa-Califórnia, do Norte do México, e outros povos (10), e abrem abcessos os habitantes de Taïti, Samoa, Tonga, etc. (11). Admitindo que à igualdade dos instrumentos correspondia igualdade de aplicações, e interpretando, pois, por costumes dos selvagens actuais os dos povos pre-históricos, vemos que se justifica a hipótese que apresentei, e que naturalmente ocorre a quem se dedica a estudos arqueológico-etnográficos. Assim, Fritz Sarasin, ao falar das minúsculas lascas de silex com que os gentios da Nova Caledónia se sangram e sarjam, lembra que com elas se parecem as do período pre-histórico, ou epi-paleolítico, que muitos especialistas chamam tardenoisense, as quais teriam desempenhado idêntica função (12).

No seu livro da Medicina dos povos selvagens, que já acima citei em nota, inclue o D.or Bartels um capítulo consagrado a Cirurgia menor, que intitula *Kosmetische Operationen,* onde trata de tatuagem. A tatuagem existiu na Europa em tempos pre-históricos, e entre nós, pelo menos, no período calcolítico (13): a maneira de a produzir asse-

melha-se realmente a uma operação cirúrgica; porém o seu estudo não pertence à história da Medicina, pois com a tatuagem não se tem em mente curar nem evitar doenças — e até, pelo contrário, provoca ela às vezes inflamações e outros estados patológicos.

A tatuagem é sinal de distinção social, emblema totémico, enfeite do corpo: e o seu estudo forma só por si um ramo da Etnografia. Acrescentarei que muitos povos selvagens lançam mão de instrumentos de pedra para se tatuarem, e que os micrólitos pre-históricos, cujo emprêgo cirúrgico me esforcei por justificar, podiam *ipso facto* aqui também servir, como digo há muito tempo nas minhas aulas de Arqueologia.

Assim termino o que pensei relatar dos tempos pre-históricos, e primeiro período dos metais, ou calcolítico.

## II. Medicina proto-histórica

No que fica exposto da história da Medicina quási tudo é vago, por falta de documentos; possuimos do período do ferro, em compensação, alguns que nos permitem caminhar com passo um pouco mais seguro.

Seja o primeiro uma notícia dada por Estrabão, a qual, apesar de muito breve, é preciosa para o nosso caso. Ao falar da etnografia de vários montanheses da Ibéria, entre os quais os Caláicos, conta o geógrafo que êles, à maneira do que os Assírios (14) costumavam fazer em eras remotíssimas, expunham nas ruas os doentes à vista de quem passava, para que os transeuntes, que houvessem sofrido doenças iguais, pudessem dar conselho (15). O costume vogou um tanto na antiguidade, a ajuïzar do que também se lê na *Eneida*, XII, 395, e do respectivo comentário de Sérvio (16). — Esta terapêutica, puramente empírica, tem, como se vê, carácter muito primitivo, mas ao mesmo tempo é tão natural, que, não falando na exposição dos doentes à porta das casas, constitue uma das bases da Arte de curar. Notarei até, por curiosidade, que o geógrafo grego, que citei, emprega o particípio πεπειραμένοις, do verbo πειράω, com o qual se relacionam as nossas palavras *empírico, empirismo,* em que entra a idea da «expe-

riência». Os próprios animais às vezes se medicam empìricamente, como com desvanecimento já observa Plínio no livro VIII da *História Natural.*

Continuando a respigar notícias nos tratados de Geografia da antiguidade, encontramos referências, por exemplo, a *Aquae Celenae, Aquae Originae, Aquae Querquernae* (17), correspondentes a outras tantas fontes minero-medicinais, em sítios incertos da Galécia, porque era com a palavra *Aquae,* assim posta no plural, que os Romanos soiam designar as fontes ou poços d'esta qualidade.

Temos pois aqui, de tempos bastante afastados, como os nomes indígenas o patenteiam, o uso de hidroterapia nos Lusitanos. Até se dá a coincidência de se ter encontrado numas caldas próximas de Santiago de Compostela uma lápide consagrada ao deus *Edovius* (18), que sem dúvida era padroeiro das águas, e protector dos achacosos que nelas se banhavam.

Escreve o D.or Francisco Tavares que «Portugal é talvez o país da Europa aonde, proporcionadamente à extensão do seu território, há maior quantidade de águas minerais, particularmente de Caldas» (19). Entre as mais famosas figuram as de Vizela, que segundo sabemos por inscrições do período romano aí aparecidas, foram divinizadas nos tempos proto-históricos: às mesmas presidia um deus de nome ou apelido *Bormânico,* palavra pre-romana, em que, como parece, se contém a idea de «calor» ou «fervura», muito conforme com a natureza das respectivas águas. Mais sabemos que dois devotos fizeram promessas a Bormânico, e que, supondo êles que êste os atendera, as cumpriram de boa mente (20). Com quanto nas inscrições não se indique o motivo das promessas, inferiremos lògicamente do contexto, e das circunstâncias locais, que elas se fundavam em curas operadas pelas águas do deus Bormânico. A veneração das águas salutíferas dos Lusitanos tem raízes em crenças remotíssimas, de que nelas, e bem assim noutros elementos da Natureza, existe imanente um poder oculto e fôrça maravilhosa e impessoal, que, se nuns casos, como aqui, dão utilidade ao homem, noutros são-lhe prejudiciais, — poder e fôrça que êste no decurso dos tempos chega por fim, às vezes, a personificar, e que também é capaz de dominar ou anular (20*). É muito provável que certas fontes minero-medicinais da actualidade,

em que aparecem vestígios de construções romanas, se utilizassem igualmente no período proto-histórico; todavia, como o tempo de que disponho me inibe de discutir a materia, deixarei para quando tratar d'aquele período o mencionar algumas d'elas.

Outros povos da Península atribuiam às águas minerais, como era natural, efeitos divinos (21), e tôda a antiguidade assim as considerou também (22). Tais águas *augent numerum deorum nominibus variis*, disse Plínio (23).

Se numas ocasiões os Lusitanos, para se aliviarem das suas doenças, recorriam à experiência quotidiana, e a águas minerais, isto é, à Medicina natural, embora no último caso invocando a par o auxílio de potências sobrenaturais, noutras supunham atributos terapêuticos em quaisquer divindades, e nessa suposição as invocavam. Aqui pertence, por exemplo, um deus de Adaúfe, concelho de Braga, e mais que todos, Endovélico.

Ao deus de Adaúfe, cujo nome, de aspecto pre-romano, é de leitura incerta, consagrou um indivíduo chamado *Comes* uma ara *pro salute sua et suorum*, o que significa mui claramente que êle havia feito um voto a um deus curandeiro.

A respeito de Endovélico existem muitos monumentos, — inscrições lapidares e esculturas —, quási todos reünidos hoje no Museu Etnológico, e provindos de um outeiro de ao pé de Terena, no Alentejo, onde havia um santuário do deus. Como me ocupei de Endovélico, com algum desenvolvimento, nas *Religiões da Lusitânia*, vol. II, basta indicar aqui os factos principais. Endovélico possuía múltiplas qualidades, e entre elas qualidades médicas, o que se prova de vários modos: uma das inscrições tem a fórmula *pro salute<m>*, como a de Adaúfe; uma escultura representa um paralítico (hemiplegia esquerda), **fig. 6.ª**; outra representa, conforme penso, uma cabeça avulsa. A imagem do paralítico está acompanhada de uma inscrição que declara que o doente prometêra ao deus um edículo ou oratório, se sarasse. A cabeça foi levada ao santuário por análogo motivo: mais talvez como cumprimento de promessa, do que pròpriamente por promessa. De modo semelhante os doentes ou suas famílias depõem agora em igrejas, cruzeiros e capelas objectos de cera, prata, e madeira, figurativos de partes do corpo que se julgam curadas por milagre.

O santuário de Endovélico poderá considerar-se de certa maneira local de peregrinação ou romaria, aonde os devotos concorriam em barda, — tantas são as pedras que d'êle chegaram até nós! E na nossa imaginação evocaremos sem custo os dias em que homens e mulheres, um *Honorinus*, um *Catullus*, um *Badiolus*, uma *Julia Maxima*, carregados de oferendas, ou acompanhando carros que as transportassem, subiam a passos lentos o outeiro para as irem depor no templo, cheios de esperança ou de agradecimento. Aquele êrmo transtagano, por natureza soturno, animava-se por instantes: e tôdas as bôcas pronunciavam com simpatia o nome do deus, a quem uma inscrição reveste de extraordinário poder: *praesentissimi ac praestantissimi numinis*. De algumas inscrições consta que os crentes dirigiam consultas ao deus, e que este lhes aparecia em sonhos, ou lhes dava respostas por oráculos; não se explicam as circunstâncias, porém não é impossível que algumas vezes, se não sempre, as consultas se fizessem por causa de molestias. Não quero exagerar a minha hipótese, senão poderia falar de *incubatio*, ou dormida de doentes no proprio santuário, como acontecia na Grécia e em Roma.

No seu opúsculo da Medicina lusitana enumera o D.or Soares, citando textos antigos, muitas plantas medicinais da Ibéria, a saber: *betónica, dormideira, funcho*, etc. (24), que é evidente se criavam também na Lusitânia, como hoje se criam em Portugal: êle refere ao período romano as aplicações terapêuticas das mesmas; podemos talvez referi-las, pelo menos, ao período proto-histórico. Nisto estavam de acôrdo os povos peninsulares, por exemplo, como os da Galia, onde muitos remédios populares se buscavam no reino vegetal (25).

Considerar pertencentes à Higiene o que conhecemos da alimentação e exercícios físicos dos Lusitanos, e incluí-lo no presente capítulo, seria ultrapassar limites que circunscrevem outros campos de estudo. Em todo o caso farei aqui referência a três vasos de barro proto-históricos do Museu Etnológico, que foram objecto de um artigo do D.or Costa Ferreira no *Archeologo Portuguez:* dois d'êles julga o mesmo A. que teriam servido de mamadeiras, e o terceiro que talvez fôsse destinado à «administração de líquidos a doentes que não podiam levantar-se no seu leito» (26). O último vai desenhado na **fig. 7.ª**.

Não tendo pois aqui mais nada que contar, passarei aos tempos históricos: período romano, e período germânico.

## III. Medicina lusitano-romana

O período romano durou entre nós, pelo menos, sete séculos. Apesar de tão longo espaço de tempo, é difícil, por falta de documentos, estabelecer subdivisões cronológicas na história da Medicina, e por tanto determinar correntes doutrinárias; apenas porei uma ou outra rara data.

Tratarei êste capítulo por espécies, como já tratei os anteriores.

O que a Medicina lusitano-romana nos apresenta mais importante é o emprêgo terapêutico de águas minerais, que provinha, como vimos, do período anterior, se é que não ascendia a tempos ainda mais antigos (27). Existem entre nós tantos vestígios de aproveitamento de águas minerais pelos Romanos e Lusitano-Romanos, que bem merecia a pena escrever-se a respeito d'elas desenvolvida monografia, senão como a há pouco citada em nota *Gaule thermale* de Bonnard, pois a nossa Arqueologia não dava para tanto, ao menos condensando, ampliando e metodizando tudo o que anda disperso. Nos tratados e monografias, que possuímos, de águas minerais, dão-se, quando a ocasião o permite, informações do período romano, mas nem sempre bem documentadas. Aqui é evidente que não farei senão voar sôbre o assunto.

A mais antiga data devemos atribuí-la ao estabelecimento de Vizela, por isso que era de origem pre-romana. Ao sec. I pertence um estabelecimento de *Aquae Flaviae,* e um de *Olisipo,* que se descobriu no sec. XVIII na Rua da Prata (28). A própria expressão *Aquae Flaviae* significa «termas de Flavio (Vespasiano)». No ano de 104 se gravou num penedo, nas Taipas, uma inscrição com o nome de Trajano, a qual tem provavelmente relação directa ou indirecta com uns banhos romanos que precederam as caldas ainda ali existentes (29). Ao sec. II-III pertence uma fonte de Monte-Real (30). Do sec. III será um balíneo sulfuroso do aro de Penafiel (31). Em Olisipo havia outras termas, na rua das Pedras Negras, restauradas no sec. IV (32). Sem que eu possa, ou procure, especificar datas, mencionarei mais algumas localidades em que nascem águas minerais que foram utilizadas no

período romano, como se deduz de antigualhas por aí descobertas: *Bracara* (33), Vidago (34), Caldelas (35), Fonte Santa de Monfortinho (36), Povoa de Cós (37), Cabeço de Vide (38), e acaso Monchique (39). Na Lusitânia galega temos, entre outros estabelecimentos, Baños, S. Juan de Baños, Caldas de Rey (40). E na Lusitânia castelhano-extremenha, por exemplo, os celebrados Baños de Montemayor, de águas sulfurado-sódicas (41).

À medicação hidro-mineral associavam os Lusitano-Romanos, como, segundo já vimos, o faziam os seus antepassados, e como hoje o nosso povo o faz ainda, a invocação do auxílio do sobrenatural. Muitos dos mananciais eram consagrados a Ninfas, por exemplo, os de Caldelas, os de Cáparra, na Extremadura hespanhola, e vários da Galiza (42). As águas minerais da Rua da Prata, conforme se vê de uma lápide que, depois de muito trabalho, consegui obter para o Museu Etnológico, achavam-se sob o patrocínio de Esculápio, afamado deus greco-romano da Medicina, a quem dois *augustais* olisiponenses dedicaram um monumento, acaso um edículo, ou um tanque (43).

Às vezes simples fontes, desprovidas de caracteres químico-medicinais, produziam, segundo a crença do vulgo, efeito tão maravilhoso como as outras: estava nesse caso, como parece, a de Bencatel, no Alentejo, consagrada por uma mulher, *pro salute,* a um par divino: *Fontanus et Fontana,* personificações da própria água (44). Já fui ao local em que apareceu a ara com a inscrição, e não encontrei lá efectivamente senão água comum.

Por outro lado, não era obrigatório que as divindades da saúde tivessem sempre santuários ao pé de fontes, visto que o seu poder era omnímodo. Uma inscrição de S. Tiago de Cacém, consagrada ao já mencionado Esculápio, e uma de *Bracara,* consagrada a *Asclepius* e a *Higía,* conjuntos num só par (45), não consta que aparecessem ao pé de fontes. *Asclepius,* variante de *Aesculapius,* é mera latinização de Ἀσκληπιός.

Também não era forçoso que só a divindades restritamente da saúde se apegassem os enfermos. A Júpiter, por exemplo, se dedicaram lápides em *Olisipo* e em *Bracara Augusta,* respectivamente *pro salute* de Marco Cassio Firmo, e de um juiz provincial de nome

*Triario* (46). Assim faziam os povos pre-romanos, como acima vimos, p. 16, e o mesmo pratica hoje o povo com os santos em geral, e com a Virgem.

A epigrafia tem sido nesta resenha uma das melhores fontes de informação, no que toca a nomes e funções terapêuticas de entidades divinas. Ela nos permite, de igual modo, que pronunciemos agora, pela primeira vez, na história da Medicina lusitana, a nobre palavra «médico». A inscrição de Esculápio, em S. Tiago de Cacém, a que há pouco me reportei, foi-lhe oferecida por Cattio Januario, médico pacense, isto é, de *Pax Iulia,* hoje Beja (47). Encontramos segunda vez um médico lusitano em Lucio Cordio Symphoro, numa inscrição de Emérita, hoje Mérida, dedicada a *Venus Victrix* (48). Qual a capacidade clínica d'estes arcáicos colegas não no-la dizem as inscrições. De um se prostrar diante de Venus, e outro diante do deus da Medicina, inferiríamos fàcilmente que não tinham o espírito de todo isento de crença no sobrenatural; mas isso não depõe contra o saber ou experiência d'êles, porque amiude acontece hoje o mesmo aos mais exímios patologistas. Em todo o caso não eram de certo filhos das doutrinas de Celso, que o D.$^{or}$ Soares arbitràriamente imagina se ensinavam em escolas da Península (49).

Tão afastados dos centros intelectuais, modesta seria a sua posição no *orbis Romanus,* onde a Arte médica a exerciam sobretudo Gregos, e bem assim escravos e libertos de nacionalidade ou estirpe grega (50). Os médicos gregos eram homens livres, os de Roma, em regra, não (51). A análise do nome do médico emeritense, *Lucius Cordius Symphorus,* cujo cognome é grego, pode fazer crer que ele fôra escravo de um Lúcio Córdio, que lhe deu alforria. Quanto à posição social do médico pacense, nada nos revela o texto. Menção clara de um médico peninsular escravo, mas de fora da Lusitânia, só a temos numa inscrição hispalense (52); também uma tarraconense (53) nos fala de um liberto, proclamado até *artis medicin(a)e doctiss*[*imus*]), no estilo hiperbólico da epigrafia romana.

Com os médicos concorre nas inscrições da Lusitânia hespanhola uma *médica,* mas, como já disse nas *Religiões,* III, 186, esta palavra aqui significa «parteira», ou quando muito, mulher entendida em doenças relacionadas com o parto, pois na lápide em que se gravou

a inscrição, onde ela figura, representa-se uma criança envolta em faixas. De muitas médicas, ou no mesmo sentido, ou em sentido mais geral, nos dá notícia a Arqueologia romana extra-peninsular (54).

Sem ser especialmente pela Epigrafia, mas por diversas fontes arqueológicas, temos conhecimento indirecto de outros médicos lusitanos, e até do nosso território. Com efeito, Estácio da Veiga encontrou em mais de um local do Algarve instrumentos cirúrgicos e farmacopólicos de bronze e de pedra, do período romano, alguns dos quais, ou todos, se guardam no Museu Etnológico. A maior parte provêm da cidade de *Bâlsa,* que ficava no local que forma actualmente perto de Tavira as quintas da Tôrre d'Ares e das Antas, onde a cada passo aparecem lápides com inscrições, esculturas, cerâmica, vidros, pedras de anéis, mosaicos, etc., o que mostra que a cidade floresceu bastante naquele período.

Nos objectos cirúrgicos a que me refiro, e de que já dei espécimes nas *Religiões,* III, 17 (nota) e 189, contam-se por exemplo, espátulas, tentas, pinças, cabos de escalpelos. **Fig. 8 a 25.** À espátula e à tenta, ou estilete, davam os Romanos o nome de *specillum;* à tenta ou estilete chamavam tambem *stilus;* ao escalpelo chamavam *scalpellus;* à pinça, *forceps.* Uma das espátulas balsenses tem na extremidade oposta à fôlha um orifício, como de agulha, para aí se introduzirem mechas de fios, destinadas a feridas; outras têm a extremidade terminada em botão, oliva, ou *nucleus,* podendo pois o instrumento, a par com o seu uso próprio, servir de tenta; noutra a fôlha é levemente côncava de um lado, a modo de colher, como uma do Museu Britânico (55). As pinças são de duas espécies: de hastes direitas, e de hastes inclinadas angularmente uma para a outra nas extremidades: diferem também entre si no modo da feitura. Com estes objectos está outro que parece seria de medicina ocular (¿ cautério ou espátula para colocar tópicos?): consta de uma haste terminada de um lado em um disco muito pequeno, e do outro em ponta muito aguda, que devia introduzir-se num cabo de madeira ou osso **(Fig. 26):** comparar-lhe-hei um objecto semelhante, do Museu Britânico (56). À mesma série pertencerá uma colherinha cuja concavidade ou concha tem $0^{m},02$ de diametro (**Fig. 27),** e podia servir para instilar colírios líquidos entre as pálpebras, embora outras, que se conhecem da antigui-

dade, a que se atribue idêntico destino, fôssem maiores, e estivessem providas de um bico lateral (57), que na nossa não existe.

Falta-me falar de duas pedras rectangulares **(Fig. 28 e 29)**, respectivamente de $0^m,125 \times 0^m,07$, e $0^m,114 \times 0^m,045$, achadas, como os mencionados instrumentos, no Algarve, e análogas a outras que existem em vários museus estrangeiros, e que se julga serviam para afiar instrumentos cortantes, e para preparação de ungüentos, pois d'êstes fazia muito uso a terapêutica antiga (58). Ambas as pedras algarvias têm realmente vestígios de fricção, como as suas congéneres de fora. Uma das nossas está revestida de uma delgada fôlha de bronze, onde ela desliza no sentido do comprimento; na outra devia haver revestimento semelhante, que com o tempo se sumiu. O revestimento da primeira prolonga-se numa das extremidades, para cima, sob forma de canudo, de que só resta parte; neste canudo, como penso, metia o médico, que ao mesmo tempo era farmacêutico ou *pharmacopola*, os seus instrumentos de trabalho, quando os queria ter à mão.

Não obstante o haver a medicina tomado algum incremento nos Lusitano-Romanos, comunicado do centro do Império, por isso que já possuíam médicos (na acepção usual da palavra), o povo não deixava de recorrer a amuletos, como em tempos anteriores, para se defender de doenças, e outros males. Um dos danos que os antigos mais temiam, era o mau olhado, e contra êle, como profilaxia, empregavam os Romanos um amuleto chamado concretamente *fascinum*. A Lusitânia não se subtraía à crença universal: e dos amuletos de que os Lusitano-Romanos se serviam, restam alguns espécimes em museus, como se vê das *Religiões*, III, 524 sqq, e do recente livrinho intitulado *A figa*. Não me parece necessário insistir no assunto, porque o principal já está publicado nestas obras, e não coligi depois d'isso mais nada.

## IV. Medicina lusitana no período germânico

Segue-se, por fim, o período germânico.

Especializadamente da Lusitânia só temos como fontes de informação: uma inscrição emeritense; um *canon* de S. Martinho, bispo de Dume, e a narração de um milagre acontecido na Galecia. A inscri-

ção, que Hübner atribue ao sec. VI, e está mutilada, contém um *carmen* funerário, em que se lê [*Reccar*]*edus medicus* (59). O canon martiniano refere-se a hervas medicinais, em cuja colheita se praticavam actos mágicos e se recitavam ensalmos (60). O milagre consistiu na cura de um caso de lepra, por acção das relíquias de um santo (61). Quer o canon, quer o milagre, são também do sec. VI. — Vê-se que, abstraindo da inscrição, o resto é medicina supersticiosa, isto é, popular, como existe em todos os tempos.

Se para conhecermos alguma cousa da situação social dos medicos, quisermos lançar mão de um documento geral hispânico, encontraremos um execelente no título 1.º do livro XI do Código Visigótico. Este Código condensa leis germânicas e leis romanas, e nêle trabalharam vários reis visigóticos, desde Alarico II (506) quási até o fim da dominação germânica (62). Entre outros nomes recebeu, no decurso dos tempos, o de *Forum Judicum*, e assim o publicou a nossa Academia das Sciências nos *Portugaliae Monum. hist.*, Leges et Consuetudines, p. 108. Foi no Código Visigótico que o D.or Soares exclusivamente se fundou para escrever o cap. III da sua Memoria, onde o traduz ou resume. A lei impõe aos medicos várias condições duras, e só lhes concede uma regalia. Nas atribuïções dos medicos incluía-se a de sangrar, diferentemente do que veio a acontecer em tempos subseqüentes. O tratamento dos doentes fazia-se por ajuste prévio. Quem queria dedicar-se à Medicina, estudava-a com um prático, e pagava-lhe 12 soldos. A operação da catarata, levada a cabo com bom êxito, custava 5. O sôldo visigótico era moeda de conta, mas compreende-se qual o seu valor, sabendo-se que correspondia a quatro trientes de ouro, e que cada triente pesava de 106 a 163 centigramas (63).

Seria supérfluo acrescentar que, tendo os Bárbaros adoptado a civilização dos vencidos, a Medicina lusitana do período germânico, tal como a depreendemos d'êste documento e da inscrição emeritense, não devia ser mais que continuação da do período romano. A dose de superstição que o povo, como vimos, lhe juntava, provinha certamente também da antiguidade, por quanto o uso de plantas, tidas por mágicas, e a crença na virtude de relíquias de personagens maravilhosos, existiam já desde tempos longínquos (64).

## REMATE

Chego assim ao têrmo d'esta minha breve e desataviada conferência.

Sabe-se tão pouco da Medicina lusitana, que, se eu agora, como síntese, disser que ela é empírica e milagrenta nos quatro períodos em que dividi a sua história, e que sistemática sòmente a vislumbramos no terceiro e quarto, não digo nada que, *mutatis mutandis*, não convenha pouco mais ou menos à história da Medicina de todos os povos.

A mais notável e simpática feição, que podemos nela reconhecer, está, por causa da riqueza natural do solo, no repetido emprêgo de águas minerais como agentes terapêuticos. Pelos benefícios que, no discurso dos séculos, têm d'aí resultado para a saúde pública merecem perpètuamente os Lusitanos a gratidão dos seus vindouros. É essa utilidade prática o principal motivo pelo qual nos importa o conhecimento da Medicina lusitana.

Sem embargo, no campo da Cirurgia, e no da Medicina geral, através das doutrinas de Galeno (sec. II) e seus successores e diluïdores, nos quais se contavam também médicos árabes, alguma cousa adviria do passado, por tradição, aos médicos medievais do nosso território, pois d'êles, por essa e por outras vias, chegou aos de hoje. Até à criação dos estudos de Medicina em Santa Cruz de Coimbra, no século XII, e sôbre tudo até à fundação da mais antiga Universidade portuguesa, nos fins do século XIII, a Arte de curar transmitia-se individualmente, como a respeito do período visigótico, séculos V-VII, no-lo prova com clareza o Código que citei, e como, durante ainda algum tempo depois, não podia deixar de continuar a acontecer, salvo quando os candidatos iam beber a instrução em Universidades de fora (65). As primeiras Universidades europeias, como é sabido, datam do século XII: Bolonha, Paris, Salerno. No sec. XIII, além da nossa, continuaram a fundar-se outras.

Por mais um motivo, finalmente, atrai a Medicina lusitana a atenção dos curiosos. O sobrenatural, que a impregnava, dá-nos, como fonte

perene de religião e magia, a explicação de certas ideas supersticiosas que nunca cessaram, nem tão cedo cessarão, de dominar o espírito do vulgo. Ora, investigar a vida psíquica de uma nação, ou como simples trabalho especulativo, ou com intuito pedagógico e disciplinar, todos sem dúvida alguma confessarão ser importante escopo da Sciência.

Tenho dito.

## ANOTAÇÕES Á CONFERÊNCIA

(1) Mendes Corrêa, *Povos primitivos da Lusitania*, pg. 222.

(2) *British Museum, Ethnographical Collections*, 2.ª ed. (1925), pg. 141-142 (Nova Britania).

(3) Hovorka & Kronfeld, *Vergleichende Volksmedizin*, II (Estugarda 1909), 450. — De orifícios em crânios pre-históricos, dependentes de trepanação cirúrgica, trepanação religiosa, e de outras causas trata Posnansky na *Zeitsch. f. Ethnologie*, 1924, p. 158-160. Os Índios da América, antes de praticarem a trepanação, põem os pacientes em certo estado anestésico, que permite a operação: *ibidem*. Isto teria acontecido também em tempos pre-históricos.

(4) Bartels, *Die Medicin der Naturvölker*, Leipzig 1893, pg. 300; Hovorka & Kronfeld, ob. cit., pg. 449.

(5) Bartels, ob. cit., pg. 301; Hovorka & Kronfeld, ob. cit., pg. 459.

(6) Hovorka & Kronfeld, ob. cit., pg. 445.

(7) Hovorka & Kronfeld, ob. cit., pg. 376.

(8) *Polyanthea medicinal*, 3.ª ed., Lisboa 1716, p. 552, § 3.

(9) Bartels, ob. cit., pg. 268.

(10) Bartels, ob. cit., pg., 267; Hovorka & Kronfeld, ob. cit., pg. 388.

(11) Bartels, ob. cit., pg. 275.

(12) Apud Zeltner in *L'Anthropologie*, XXIX, 151.

(13) Acêrca da tatuagem pre-histórica, considerada em geral, vid. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, t. 731 (índice, s. v. «tatouage»). Acêrca da bibliografia portuguesa da tatuagem, vid. adiante (Apendice, II, ii).

(14) *Assírios* é correcção dos editores críticos de Estrabão, pois os códices da Geografia tem *Egípcios*. Vid. a ed. de Müller.

(15) *Geografia*, III, III, 3. Cf. *Religiões da Lusitania*, II, 94.

(16) Vid. o *Lexicon lat.* de Forcellini, s. v. «depositus».

(17) Vid. Hübner, *Monumenta ling. Ibericae*, p. 223.

(18) *Corpus Inscr. Lat.*, II, 2543. Cf. *Religiões*, II, 342.

(19) Vid. *Instrucções sobre aguas minerais*, t. I, Coimbra 1810, p. IX.

(20) Vid. *Religiões*, II, 266-277.

(20*) A isto chamam os modernos etnógrafos *mana, orenda, vaconda, manito*, etc., segundo ideias existentes em povos selvagens; em germânico, *Macht*. Vid.: E. Mogk, *Germanische Religionsgeschichte und Mythologie*, 2.ª ed., 1921 (Göschen), p. 11 e 18; G. Buschan, *Illustrierte Völkerkunde*, Estugarda 1922, t. I, p. 37.; Aarão de Lacerda, *O fenomeno religioso*, Porto 1824, cap. 1.º

(21) Vid. *Religiões*, II, 238, n. 3.

(22) Vid. o artigo «aquae» no *Dict. des antiquités* de Daremberg & Saglio.

(23) *Naturalis Hist.*, liv. XXXI, cap. 2.º

(24) Pg. 25-28.

(25) G. Dottin, *Manuel de l'antiquité celtique*, 2.ª ed., Paris 1915, p. 368.

(26) Vid. vol. XIX, pg. 1 - 4.

(27) Junto de algumas fontes termais de França descobriram-se instrumentos da idade da pedra, o que leva a crer que povos pre-históricos teriam já atentado nas propriedades d'elas: vid. L. Bonnard, *La Gaule thermale*, Paris 1908, p. V ss.

(28) Vid. *Religiões*, III, 180 e n. 3.

(29) Acêrca do banho romano das Taipas vid. Albano Bellino, *Inscripções romanas de Braga*, Braga 1895, p. XIII-XIV (com uma planta).

(30) Manuel Heleno, *Antiguid. de Monte Real*, Lisboa 1922, pg. 19 (extr. d' *O Archeologo*, vol. XXV).

(31) *Religiões, loc. cit.*, onde se cita um trabalho de José Fortes.

(32) Vid. *Religiões*, III, 180 e n. 3.

(33) F. Tavares, *Instrucções sobre aguas miner.*, I, 44.

(34) A. Luís Lopes, *Aguas minero-medic. de Portugal,* Lisboa 1892, p. 390.

(35) *Religiões,* III, 258; João Novaes, *Thermas de Caldellas,* Lisboa 1905.

(36) No concelho de Idanha. Informação do meu aluno universitário Capitão Ferraz de Carvalho.

(37) F. Tavares, *Instrucções,* já cit., p. 143. — Nessa localidade se descobriu um mosaico que está hoje no Museu Etnológico Português. Cf. *Religiões,* III, 177.

(38) Armando Narciso, *Crenoterapia,* Lisboa s. d., p. 23.

(39) A. Luís Lopes, *Aguas minero-medic.,* p. 305.

(40) Vid. *Corpus Inscr. Latin.,* II, 2530 a 2532, 2544.

(41) Vid.: *Religiões,* III, 255, 256, e 264; e *Boletín de la Acad. de la Hist.,* XXV, 145 (F. Fita).

(42) *Religiões,* III, 258-259.

(43) *Religiões,* III, 263.

(44) *Religiões,* III, 256-257.

(45) *Religiões,* III, 264.

(46) *Corpus,* II, 177 e 2415.

(47) *Corpus,* II, 21. O texto diz: *medicus Pacencis.* Vid. adiante (inscrições). Que *Pacencis* só pode referir-se a *Pax Iulia,* consta do que se lê ibidem, p. 804.

(48) *Corpus,* II, 470.

(49) *Medicina Lusitana,* p. 31-32.

(50) Vid. Salomon Reinach, in *Dict. des antiq.,* s. v. «medicus», p. 1671.

(51) Vid. o artigo citado na nota anterior, ibidem.

(52) *Corpus,* II, 5389.

(53) *Corpus,* II, 4313.

(54) Vid. *Dict. des antiq.,* s. v. «medicus», p. 1682-1683.

(55) *Catalogue of the Bronzes in the British Museum,* Londres 1899, n.º 2370.

(56) *Catalogue* citado, n.º 2371.

(57) *Catalogue* citado, n.º 2314; Deneffe, *Étude sur la trousse d'un chirurgien gallo-romain du III^e siècle,* p. 44.

(58) Vid. Deneffe, *ob. cit.,* p. 34-35.

(59) Vid. *Inscriptiones Hispaniae Christianae,* n.º 526.

(60) *Religiões,* III, 574-575.

(61) *Opera* Sancti Gregorii Episcopi, nos *Germaniae Monum. historica,* t. I., Hanover 1885 (lib. I, § 9).

(62) Vid. M. P. Merêa, *Hist. do direito português* (Lições), Coimbra 1925, p. 27-29.

(63) Cfr. Campaner y Fuertes, *Manual de la Numismática española,* Madrid-Barcelona 1891, p. 181.

(64) Acêrca de plantas, vid. A. Maury, *La magie et l'astrologie dans l'antiquité et au moyen âge,* Paris 1877, p. 424-425. Acêrca de reliquias vid. F. Pfister, *Der Reliquienkultus im Altertum,* Giesse 1909.

(65) Sôbre os primordios da Medicina portuguesa vid. Maximiano Lemos, *Historia* da mesma, Lisboa, t. I, 1899, cap. I e II.

ESTAMPAS E RESPECTIVA EXPLICAÇÃO

## EXPLICAÇÃO DAS ESTAMPAS

Fig.ª 1.ª — Crânio trepanado, pág. 12.

Fig.as 2.ª a 5.ª — Lâminas de cristal de rocha e de silex, presumivéis instrumentos de cirurgia e de tatuagem, pág. 12 e 14. A lâmina n.º 2 é da Orca dos Amiais (Beira). A lâmina n.º 3 encontrou-a no sítio da Barrunchada, arredores de Carnaxide, o meu aluno universitário Abilio Roseira, môço que se consagra proveitosamente à Arqueologia. As lâminas n.os 4 e 5 apareceram na mesma anta em que apareceu o núcleo a que se faz referência na pág. 12.

Fig.ª 6.ª — Voto feito por um hemiplégico ao deus Endovélico, pág. 16 e 17.

Fig.ª 7.ª — Vaso de barro, do Algarve, pág. 17.

Fig.as 8.ª a 27.ª — Instrumentos cirúrgicos de bronze, do período lusitano-romano, achados no Algarve, pág. 21 e 22.

Fig.as 28.ª e 29.ª — Pedras rectangulares do mesmo período, pág. 22.

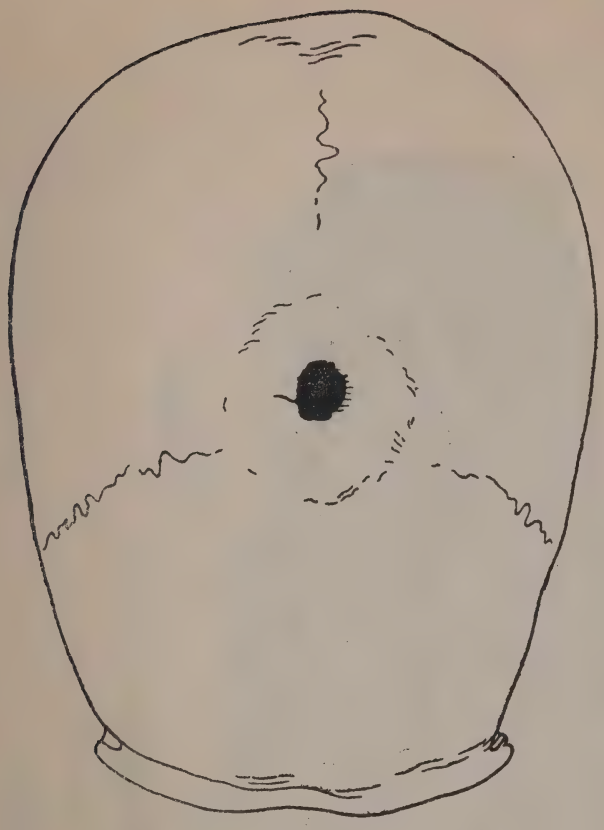


FIG. 1

FIG. 2

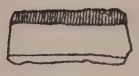


FIG. 3

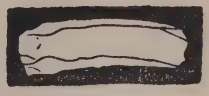


FIG. 4

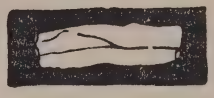


FIG. 5

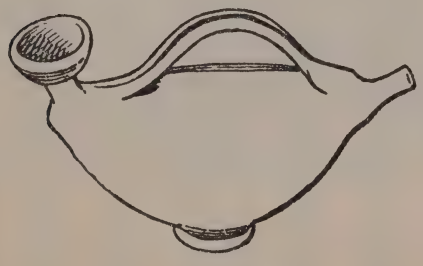
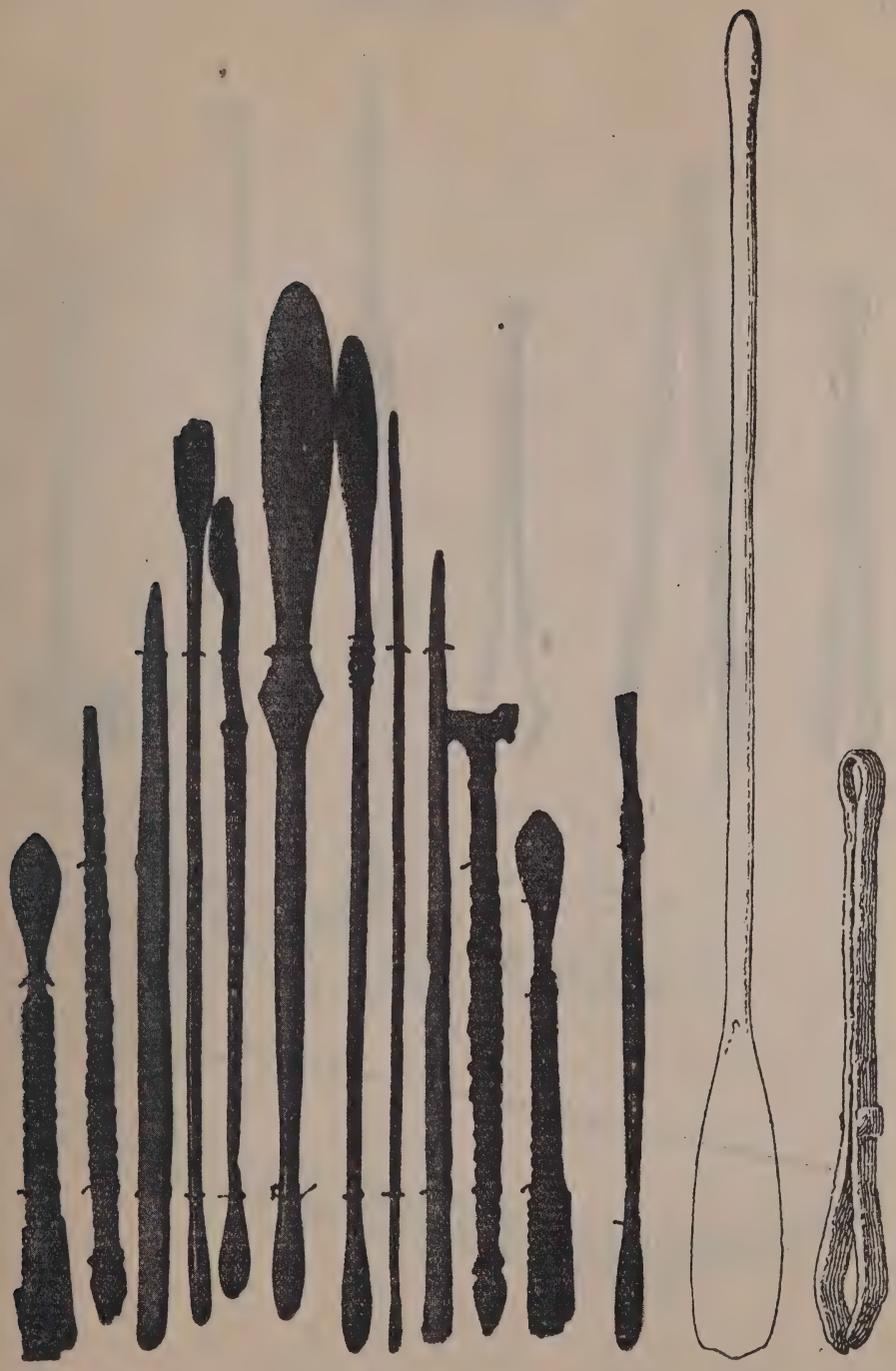


FIG. 7

FIG. 6



FIGS. 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 18 FIG. 19 FIG. 20 FIG. 21

FIG. 22 FIG. 23 FIG. 24 FIG. 25 FIG 26 FIG 27

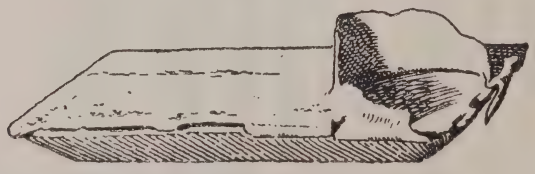


FIG. 28

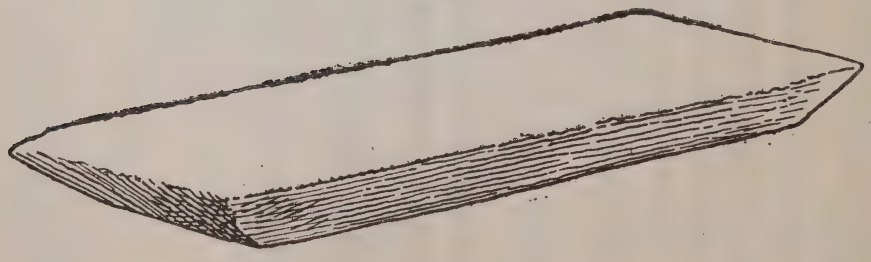


FIG. 29

# APÊNDICE

I

## Da palavra «*Lusitano*»: discussão de um passo da *Ora maritima*

Por várais vezes o meu amigo e colega D.or Mendes Corrêa, a quem a nossa Antropologia muito deve, e a quem por isso, e por outras razões, muito preso, emitiu a hipótese de que no v. 196 da *Ora maritima* de Avieno (sec. IV), evidentemente estropiado, a palavra *lucis*, que fôra por Schrader emendada de modo luminosíssimo em *Ligus*, podia estar por *Lusis*, *Lusus* ou *Lusos*, tendo pois nós aí a mais antiga menção histórica do nome dos nossos antepassados. Vid. os seguintes trabalhos de Mendes Corrêa:

*Raça e nacionalidade*, 1919, p. 71;

*Origins of the Portuguese*, 1919, no *American Journal of Physical Anthropology*, p. 131;

*Etnologia iberica*, 1921, p. 17;

*Ora maritima*, na *Aguia*, mihi, p. 139-140;

*Povos primitivos da Lusitania*, 1924, p. 86.

Logo à leitura do primeiro trabalho objectei ao A., em carta, que a métrica se opunha à hipótese apresentada; o ilustre Professor não se conformou de todo com a minha objecção, e perguntou na *Aguia* e nos *Povos primitivos*, locis citatis, se Avieno seria forte em métrica. Estranhei a pergunta, porque um assunto d'êstes há-de resolver-se no estrito campo a que pertence, isto é, no da gramática e da métrica.

Em primeiro lugar, nem *Lusis* nem *Lusos* convêm à sintaxe. Pois que o verso na íntegra é:

Ophiussae in agro, propter hos pernix *lucis*,

fica manifesto que com *pernix* há-de concordar uma palavra em nominativo do singular, e nunca uma tal como *Lusis*, que está em dativo ou ablativo do plural, ou *Lusos*, que está no acusativo.

Não é necessário insistir mais nisto.

Em segundo lugar, sabemos que o metro do poema de Avieno é o senário jambico, que, conquanto possa variar na qualidade dos pés, tem sempre breve a penúltima sílaba do último pé, que é um jambo (isto é ∪–).

Tive o cuidado de examinar em todos os 700 e tantos versos da *Ora maritima,* na edição de Schulten *(Fontes Hispaniae Latinae,* vol. I, Barcelona 1922), o último pé de cada verso, e vi que sempre êle obedece à fórmula do jambo: é certo que nos versos 585 e 616 só conhecemos a quantidade das penúltimas sílabas de Pĭplus e Naustălo pela metrificação de Avieno, mas seria absurdo que as vogais fôssem longas. Apesar da liberdade que às vezes tomam os poetas de substituirem os jambos de certos lugares dos senários jambicos por espondeus, dáctilos e anapestos, nunca o fazem no 6.º pé: vid. Madvig, *Grammat. lat.,* § 507. Portanto seria também absurdo que o v. 196 da *Ora maritima* terminasse em *Lusus,* palavra que não só teria longo o primeiro *u,* como se vê de *Lūsitani,* que o D.or Mendes Corrêa crê derivado d'ela, senão que é puramente imaginária. A *Lusitani* corresponde Λουσιτανοί, onde a própria sílaba inicial tem um ditongo.

Fica assim, penso eu, justificada a observação que fiz ao meu distinto e prezado amigo.

*Lusus* não aparece em texto algum antigo; o nome *Luso,* que usamos na nossa literatura, foi criado por eruditos modernos, isto é, portugueses. A única palavra antiga comparável a *Lusitani* é *Lusones,* como já passou pela mente de André de Rèsende, *De antiquitatibus Lusitaniae,* livro I, na ed. de 1600, p. 5. Embora possamos admitir *Lus-* como radical teórico e comum a *Lusones* e *Lusitani,* não temos direito de formar *Lusus* para corrigir com essa imaginária palavra um verso clássico.

A substituïção de *lucis* no verso avieniano por *Ligus,* longe de ser hipótese arbitrária, é muito sensata. Não me pertence a mim defendê-la: ùnicamente quis mostrar a impossibilidade de admitir *Lusus;* mas creio que *Ligus* até se justifica pela paleografia: de LIGUS ou LICUS (porque C e G alternavam na escrita), supondo que I C V estavam negligentemente traçados, passava um escriba com facilidade para o LUCIS que aparece no verso.

Estão a nossa Etnologia e Geografia arcáicas tão obumbradas de dificuldades, que me parece mais prático procurar esclarecer estas, como bastas vezes, e com felicidade, o próprio D.or Mendes Corrêa tem feito, do que vir ainda aumentá-las com insustentáveis conjecturas, cuja discussão toma tempo inútilmente, e causa desgostos mútuos.

## II

## Para a bibliografia da tatuagem

Quando eu era ainda estudante de Medicina, no Pôrto, comecei a reünir ao acaso, sem indagações feitas *ad hoc*, folhetos e apontamentos para o estudo da tatuagem, pois não só êle devia, como deve, entrar no meu planeado trabalho geral de Etnografia nacional, senão que contava consagrar-lhe uma monografia análoga às que depois consagrei às canções do berço, aos *ex-libris* tradicionais, ao sino-saimão, à barba, à figa, etc. D'esta última idea desisti há muito, porque outros investigadores portugueses me avantajaram, e apenas permaneceu a primeira, reduzido, porém, o estudo ao mais essencial.

Todavia, entendo que talvez não venha fora de geito, apesar de ficarem muito àquém do que há-de existir sôbre o assunto, e que eu de modo nenhum propus de explorar, os apontamentos bibliográficos que a pouco e pouco recolhi até hoje: e aqui os ponho, aproveitando a ocasião de ter aludido incidentemente à tatuagem na minha Conferência, pag. 13.

São apontamentos de cousas nem tôdas de igual valor, e algumas até muito modestas, ou muito sucintamente tratadas.

Folheando índices de revistas e de tratados gerais e particulares de Etnografia, consultando catálogos, e artigos de Enciclopédias, seria facílimo multiplicar, e tornar a multiplicar, os meus números.

### I. Generalidades:

1. Há três espécies principais de tatuagem: simples pintura, mais ou menos duradoura, da superficie da pele; desenhos formados por

costuras ou cicatrizes resultantes de incisões da epiderme que cheguem a lesar a derme; desenhos formados por substâncias còrantes introduzidas sob a epiderme (tatuagem pròpriamente dita, que é a única espécie existente entre nós, — à parte, já se entende, as tontices que senhoras e meninas praticam todos os dias no rosto, por moda).

2. Se a tatuagem, como se disse na Conferência, já existia na Europa em tempos pre-históricos, continuou a existir na antiguidade clássica, e existe ainda hoje não sòmente em povos selvagens, senão também nas classes baixas dos povos civilizados. — Vid. adiante o sub-cap. III.

Os *Picti*, tribu da Caledónia, receberam êste nome nos escritores antigos por se tatuarem: vid. alguns textos em K. E. Georges, *Lat.-deutsches Wb.*, s. v. «Picti»: Amiano e Claudiano.

Dos *Picti* (e *Scotti*) fala S.to Isidoro, *Etymologiae* (ed de Lindsay, Oxford 1911), XIX, 23, 7, e IX, 2, 103, como eco dos AA. antigos.

Aos Gelónos (Ucrania) chama Vergilio, *Georgicas*, II, 115, também por igual motivo *Pictos*.

Fidel Fita pensa que os Iberos se tatuavam como os Pictos da Escócia e que a palavra vasconça *larrugorri* ou *narrugorri*, que à letra significa «piel roja», e se aplica ao homem em sentido genérico (varão ou mulher), é tradição lingüística do passado: vid. *Bol. de la Ac. de la Historia*, XXII, 579 ss., e cf. K. Classen, *Die Voelker Europas*, Estugarda 1912, p. 13 e nota 43.

Plinio, *Nat. Hist.*, ed. de Mayhoff, liv. VI, § n.º 10, e liv. XXII, § n.º 2, falando da tatuagem de vários povos antigos (Mossynos, Dacos, Sármatas, Bretões), emprega as expressões *notis signare, inscribere*.

Tacito, *Germania*, cap. 43, referindo-se aos Harios, povo de estirpe suévica, diz: *tingere*.

3. A palavra *tatuagem* veio-nos do francês *tatouage*, derivada do verbo *tatuer*, que também imitámos sob a forma *tatuar*. A origem está em *tatu* ou *tatau* palavra da língua do Taiti (Polinésia), que significa «signal», «escrita», «pintura», respectivamente «marcar, «ler», «contar» (vid. *Wörter und Sachen*, t. VI, p. 6), e foi transmitida à Europa por intermédio do inglês *tattoo*. Em alemão fêz-se o verbo *tätowieren*.

O nosso povo diz porém *marca, marcaçâo, marcar, um marcado,* e além d'isso *crisma.* Cfr. para alguns d'êstes vocábulos: G. Viana, *Apostilas,* II, 41, e o *Arch. Port,* XXII, 156, nota 3. A' *marca* portuguesa responde a linguagem popular do Piemonte com *marconzito, segno, devozione;* quem tatua chama-se aí *marcatore.*

## II. Bibliografia portuguesa:

Muitos AA. nossos dos séculos XV a XVIII, que se referiram a tribus e nações extra-europeias, mencionaram costumes de tatuagem e mutilação étnica existentes nelas, por exemplo:

Pero Vaz Caminha, ao descrever os costumes dos indígenas do Brasil na célebre carta escrita a El-rei D. Manuel em 1500 (vid. *Alguns dòcumentos da T. do Tombo,* de Rafael Basto, Lisboa 1802, p. 108-121). Aqui transcrevo alguns trechos. Falando de mulheres: «..e hũa daquellas moças toda tinta de fundo a cima». De um indigena: «andava tinto de tintura vermelha pelos peitos e espadoas e pelos quadris, coxas e pernas, ataa baixo». Noutros lugares: galantes pintadas de preto e vermelho». Pinturas feitas de *ouriços* verdes de arvore que esmagavam entre os dedos.

Camões, aludindo aos Gueos, *Lusíadas,* X, 126, onde segue a Barros, que diz: «estes Gueos, geralmente se pintão e férrão por todo o corpo», III, 2, 4 (vid. a nota do S.or Epiphanio Dias a Camões, t. II, 1.ª ed., p. 284).

Alvaro de Almada, séc. XVI, *Rios de Guiné,* p. 25, a respeito de África.

Damião de Goes, outra vez a respeito dos gentios do Brasil: «pintão os corpos de muitas côres, assi os homens como as molheres»: *Chronica de D. Emanuel,* pt. I, cap. 56 (sirvo-me da ed. de 1749).

Fernão Guerreiro, *Relaçam das cousas* etc, Lisboa 1605, fls. 132, quanto à Guiné.

Fr. João dos Santos, séc. XVII, *Ethiopia Oriental,* II, XXII, falando dos Macuas, e III, I, falando de Moçambique.

Sebastião da Rocha Pita, *Hist. da America Portuguesa,* sec. XVIII,

liv. I, § 82, mais uma vez ao tratar da etnografia brasílica. Os gentios «em algumas festas manchavam os corpos de tintas de paus» (sirvo-me da 2.ª ed., Lisboa 1880).

Exceptuando essas e semelhantes informações antigas, e muitas modernas, que se lêem em livros de viagens e de etnografia colonial; e exceptuando bem assim umas linhas de Moraes e Silva, *Dicionário da língua portuguesa,* s. v. «saludador», quanto a certos benzilhões hespanhois que se tatuavam nos braços: — a mais antiga notícia que conheço de um caso de tatuagem pròpriamente português data do século XVIII.

Na *Relação curiosa da fugida que fez uma velha para o deserto, por temor de ser serrada,* Lisboa 1785, põe o A., a pág. 5, um pastor da Beira a falar na sua linguagem rústica, o qual diz; «eu cá tenho no vraço esquerdo huma cruz, e na mão hum signo salamão, que he cousa approbada contra as bruxarias». — Vem também uma curiosa descrição de tatuagem no *Theatro* de Manuel de Figueiredo, t. XIV (1815), p. 585-587.

Depois d'isso há outras alusões em romances ou poesias, por exemplo, na *Bruxa de Monte-Cordova* de Camilo C. Branco, 2.ª ed, p. 168 e 169, e na *Clépsydra* de Camilo Pessanha, Lisboa 1920, onde a p. 10 se lê este excêntrico soneto:

Tatuagens complicadas do meu peito:
— Tropheos, emblemas, dois leões aládos...
Mais, entre corações engrinaldados,
Um enorme, soberbo, amor-perfeito...

E o meu brazão... Tem de oiro n'um quartel
Vermelho, um lis; tem no outro uma donzela,
Em campo azul, de prata o corpo, aquela
Que é no meu braço como um broquel.

Timbre: rompante, a megalomania...
Divisa: um ai, que insiste noite e dia
Lembrando ruinas, sepulturas rasas...

Entre castelos serpes batalhantes,
E aguias de negro, desfraldando as azas,
Que realça de oiro um colar de besantes!

De trabalhos, capítulos ou artigos feitos contemporâneamente com intuito etnográfico, criminológico, etc., e expressamente subordinados ao título de «tatuagem», vindos à luz, segundo o meu conhecimento, até 1906 (de A. de Azevedo C. Branco, Q. Veloso, R. Peixoto, F. Viegas, T. Bastos), dei já notícia nos *Ensaios etnograficos*, III, 358 ss., e para aí remeto o leitor. De então para cá sei dos seguintes, que indicarei pela ordem das datas:

CARDOSO MARTHA & A. PINTO, *Folclore da Figueira da Foz*, t. II, 1913, p. 86: generalidades de tatuagem.

D.or A. Mendes Corrêa, *Os criminosos portugueses*, Coimbra 1914, 2.ª ed., pag. 179 ss. — Com gravuras.

D.or JOAQUIM FONTES, três trabalhos:

I) *Vários documentos para uma contribuïção ao estudo da tatuagem;*

II) *Sôbre a tatuagem facial;*

III) *Contribuïção ao estudo da tatuagem* (morfologia e etnografia): separatas do *Arquivo de Antropologia*, Vol. II e III (1914-1915. — Com gravuras.

D.or R. XAVIER DA SILVA, *Crime e prisões*, Lisboa 1925. Tem um capítulo, o 8.º da 2.ª parte, intitulado: *a tatuagem nas prisões.* — Com gravuras.

E vid. também: *O Arch. Portug.*, XII, 244-245; *Hist. do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, pag. 45, e a est. XII; e *Signum Salomonis*, p. 44-45, e as estampas XI e XII.

### III. **Bibliografia estrangeira:**

Para maior comodidade do leitor disporei a matéria alfabeticamente.

*Annales de la Soc. Arch. Belgique,* 1903, p. 351-353 e ss.: tatuagem existente em todos os povos de carácter primitivo, excepto os Esquimós, por andarem vestidos; no Egpito antigo, e na Grécia premicenense. — A tatuagem existe porém nos Esquimós: vid. Letourneau (citado infra), *Sociologie,* p. 77.

*Anthropologie (L'):* I, 566 (tatuagem em Tunis); II, 73-74 (na Índia), 150 (mutilações *étnicas* observadas no Congo); 359 (Samoa); XVI, 129 (Sudão).

DR. BERCHON:
— *Le tatouage aux îles Marquises,* Paris 1860;
— *Recherches sur le tatouage,* Paris 1861.
Como consta das dedicatórias autógrafas, devo a posse d'êstes dois opúsculos ao próprio autor, com quem estive em relações epistolares por 1882, e a quem, a seu pedido, enviei então alguns apontamentos de tatuagem portuguesa.
Berchon é também autor de uma *Histoire médicale du tatouage,* Paris 1869, trabalho muito notável, como se vê de um artigo da *Revue d'Anthropolog.,* t. V, 2.ª serie, p. 346 (não conheço a *Histoire* directamente). O A. aproveita o que disseram escritores antigos, por exemplo, Cesar e Tacito, e mostra a importância da tatuagem na Etnologia e na Medicina legal.

BOCK (G.): «Le tatouage au Laos Occidental». *Revue d'Ethnographie,* t. III, 1884, p. 259-261. Com figuras.

BOETTIGER, *Sitte der Alten, sich den Körper zu malen und zu punctiren:* na obra *Klein. Schrift.,* I, § VII, p. 174-177.

BRADLEY (H.), *The Goths,* Londres 1888, p. 45: tatuagem nos Tártaros, na época das invasões germanicas.

BUSCHAN (Dr. Georg), *Illustrierte Völkerkunde,* com colaboração de vários especialistas: t. I p. 679: generalidades de tatuagem; e tatuagem na África e América; t. II, p. 1074: tatuagem na Ásia e Oceania; t. III, p. 1132: tatuagem na Europa.

Bureau of Ethnology *(10th Annual Report* of the*)*, Washington 1893, p. 391 ss.: artigo citado por Hans Jensen, *Gesch. der Schrift*, Hannover 1925, p. 11, nota 2.

CAMANDI (C.): «Le tatouage, même royal, est chose absurde». *Touche à tout*, 5.º ano, n.º 11, 15-XI-1912 (Paris). Com figuras. Tatuagem militar; dos selvagens; tatuagens artísticas japonêsas, ingiêsas, etc.

CATTANI (P.), *Das Tatauiren*, Basileia 1922. Estudo desenvolvido.

*Centralblatt für Anthropologie*: tatuagem no t. IV, p. 75. — Vejo-o citado em Hans Jensen, *Geschichte der Schrift*, Hannover 1925, p. 11, nota 2.

*Cérémonies & coustumes des Juifs*, Paris 1684, traduç. de Simonville: p. 203. A tatuagem é proïbida aos Judeus. Faz-se aí referência ao Levítico, cap. 19.

COLINI, *Rapporti fra l'Italia ed altri paesi;*: tatuagem pre-histórica, p. 11; de Borneo, p. 12.

CORDIER (Dr. F.-S.): «Mémoire sur la possibilité de faire disparaître, par le moyen du tatouage, certaines taches, ou naevi-materni, de la peau. *Revue médico-chirurgicale*, t. IV, 1848, p. 25-28.

«De la parure en particulier. Manières de se peindre et de s'enduire le corps». *L'ésprit des usages des peuples*, t. II, Londres 1776, p. 207-219.

Déchelette: in *Rev. Arch.*, 4.ª série, t. IX, p. 38 (tatuagem pre-histórica); e *Manuel d'Archéologie*, indices.

DENIKER (J.), *Les races et les peuples de la terre*, Paris 1900, p. 206-207: generalidades de tatuagem.

DEONNA (W.): «Les croyances religieuses et superstitieuses etc.», in *Bullet. de l'Institut Nat. Genevois*, XLII, 1917, p. 251-252: «*La parure:*

*la peinture corporelle.* Les peuples primitifs ont presque tous coutume de peindre leurs corps, même celui des defunts, et cet usage qui répond à diverses idées religieuses, magiques, prophylactiques, comme aussi au désir de parure, a été connu par les populations paléolithiques, néolithiques, mais semble avoir été abandonné à partir de l'âge du bronze, bien qu'on en tronve des survivances nombreuses dans les pays classiques», e cita Déchelette.

DORAIN (Dr.): «Notes sur le tatouage». *Société de Géographie Commerciale de Nantes,* Nantes, ano de 1883, 3.º e 4.º trimestres, p. 329--334. Com bibliografia no fim.

DOTTIN (G.), *Anciens peuples,* p. 154-155, e 159: tatuagem nos Ilírios, Traces, Getas.

E. H.: «Tatouages usités chez certains nègres du Niger». *Revue d'Ethnographie,* t. V, 1886, p. 93.

FINSCH (Otto): «Notice sur les vêtements, les parures et les tatouages des Papouas des Côtes Sud-Est», com uma introdução de Franz Heger. *Rev. d'Ethnographie,* t. V, 1886: 1.º artigo, pag. 50-80; 2.º artigo, p. 97 — 116. Com figuras.

Gross, *Handbuch für Untersuchungsrichter als System der Kriminalistik,* 5.ª ed., 1898. — Com indicação da maior parte dos trabalhos modernos que há acêrca de tatuagem europeia. — Citado por Otto Lauffer na revista *Wörter und Sachen,* VI, 10.

HUTIN (F.): *Recherches sur les tatouages,* Paris 1853.

*L'Illustration,* 7 Juin 1912, p. 415: «Une des raisons d'être du tatouage». Tatuagem nas tribus do Oceano Pacífico, etc.

JENSEN (Hans) *Geschichte der Schrift,* Hannover 1925, p. 11-12.

JOEST (Wilhelm), *Tätowieren, Narbenzeichen und Körperbemalen,* 1887. Trata de tatuagem, de marcas feitas por cicatrizes à superficie do

corpo, e de pintura d'este, em povos extra-europeus. Com figuras. — Livro citado por Otto Lauffer na revista *Wörter und Sachen,* VI, 1.

LABER (C.): «Notice sur le tatouage». *Collect. des meilleurs dissert., notices et traités'particul. relatifs à l'hist. de France,* t. IX; Paris 1826, p. 140-145.

LACASSAGNE, *Les tatouages — Étude anthropologique et médico-légale,* 1881.

LACASSAGNE & MAGITOT: «Tatouage», artigo no *Dictionn. des sc. médic.,* Paris 1886.

LAUFFER (Otto): «Ueber die Geschichte und den völkstümlichen Gebrauch der Tätowierung in Deutschland» (Da história e uso popular da tatuagem na Alemanha), artigo publicado na revista intitulada *Wörter und Sachen,* t. VI, Heidelberg 1914, pp. 1-14, com figuras. — O autor admite que o uso da tatuagem na Europa, onde está muito propagado, ascende a épocas remotas, e não nasceu pois de importação devida a relações com o ultramar, embora estas lhe pudessem ter dado impulso. A tatuagem existia já provàvelmente na idade bronze, o que se infere de achados de certos instrumentes análogos a sovelas. Cabeça com pintura, achada nas excavações arqueológicas de Micenas, talvez já tatuagem. Os Gregos conheceram esta, e tinham-na como característica de certos povos bárbaros da Ásia e do Norte da Europa. Testemunhos da existência de tatuagem nos Etiopes, Egípcios, Líbios, Lídios, etc. Relativamente à Itália antiga faltam notícias, mas como a tatuagem tem grande vida na Itália moderna, não podemos inferir do silêncio dos livros que a tatuagem não existisse aí outr'ora. Notícias dos AA. antigos acêrca da Germânia e da Grã-Bretanha. Um concílio inglês de 787 ocupa-se da tatuagem, considerada como resto do paganismo. Testemunhos na Alemanha nos séculos XV e XVI. Há ainda lacunas na história da tatuagem. Importância da palavra *stuppen* no sentido de «tatuar», provindo do antigo sentido de «picar». A tatuagem está muito em voga na Bósnia, já desde épocas passadas, na Herzegovina e na Suiça. O que o A. encontrou na Alemanha: classes que

a usam, temas que se escolhem, lugares do corpo em que se pratica; quem tatua, e quanto recebe em paga; modo da operação; conseqüências patológicas; modo como pode apagar-se a tatuagem. Exame de fotografias da Repartição de polícia de Hamburgo. Razão da tatuagem. Modelos (livros, etc.) que o tatuador observa. Considerações finais.

LOMBROSO (C.). *L'uomo delinquente*, Torim 1878 (2.ª ed.). A pag. 80 ss. dá como causas de tatuagem: 1) religião; 2) imitação; 3) ócio; 4) vaidade; 5) espírito de seita; 5) vários estímulos da paixão humana; 7) amor; 8) estado de nudez, de que ela é uma espécie de vestido e adôrno; 9) atavismo. Lombroso cita muitos factos modernos e notícias colhidas em AA. da antiguidade.

LETOURNEAU (Ch.), *La Sociologie*, 3.ª ed., Paris 1892, p. 74-81: «des fards et du tatouage», em muitos povos, antigos e modernos (selvagens sobretudo).

MADIER DE MONTJAU (Ed.); «Sur le tatouage au Japon». *Congrès international des orientalistes*, t. I, 1873, p. 193-195.

MAGITOT (Dr. E.):

— *Recherches etnographiques sur le tatouage*, Paris 1881.

— «Le tatouage considéré au point de vue de sa repartition géographique». *Association franç. pour l'avanc. des sciences*, 10me session tenue à Alger em 1881, p. 765-772.

— Vid. LACASSAGNE nesta lista.

*Man* (revista): tatuagem de Tunis, 1905, Set., est. I-J.

*Mélusine* (revista), I, 227: tatuagem com significação honorifica no Amazonas; VI, 133-134: tatuagem religiosa; VIII, 286: tatuagem na Guiné: livra de mal.

«Les merveilles du tatouage dans l'histoire, en Europe, en Asie et chez les sauvages», 133 — *Lectures pour tous*, Paris 1898, n.º 1. Com gravuras.

METIN (A.): *La transformation de l'Égypte*, Paris 1903, p. 52: os Coptos (os pobres) fazem-se tatuar na mão: uma cruz, ou um peixe, símbolo de Cristo.

OBERMAIER (D.or Hugo), *El hombre fosil*, 2.ª ed., Madrid 1925: tatuagem pre-histórica (e pintura do corpo), pp. 244 e 257.

OVIEDO (Fernandez de): *Hist. de Indias*, sec. XVI, vol. I, p. 126, col. 1-2: representa o que o A. chama a imagem do Diabo, isto é, o deus Çemi. — Existe um exemplar na Biblioteca Nac. de Lisboa.

RAOUL-ROCHETTE, *Hercule assyrien*, etc., p. 62: «..tatuagem, que é sabido que foi própria sempre dos povos asiáticos, assim como dos do Novo Mundo, nas épocas de civilização primitiva».

*Revue Archéologique*, 1893: tatuagem, p. 126, Set.-Out. de 1902, p. 244: tatuagem nas mulheres da Trácia. E vid. *Déchelette* nesta lista.

*Rev. de l'École d'Anthropologie*, XVI (1906), 107: tatuagem premicenense.

*Revue de l'hist. des religions:* tatuagem em Marrocos, t. LXXXIII, n.º 1-2, 1921. (Há êste fascículo na Faculd. de Letras de Lisboa).

RIO (João do), Brasileiro, sôbre tatuagem na *Alma encantada das ruas*. — Tomo esta notícia da *Alma Nova*, ano II, p. 60-61.

SALILLAS (Rafael): «El tatuage en los delincuentes españoles». *Rev. de Antropologia criminal y cienc. médico-legales*, año I.

SEVERI (A.): «Il tatuaggio nei pazzi». *Archivio di Psichiatria, sc. penali ed Antropol. criminale*, vol. VI, fasc. 1-2, 1885 (Roma-Turim-Florença), p. 43-62.

SMITH (R.), *Kinship & marriage*, Cambridge 1885. Tatuagem como sinal de totemismo. Os que se tatuam representam o toteme da sua raça. Distinguem-se assim uns dos outros. Sinais de tribus, sinais de

totemes. Pag. 187.—Nos Arabes: p. 212. Cita a propósito: Isaias, XLIV, 5, e *Gal.*, VI, 17, *Levit.*, XIX, 28, e XXI, 5; e bem assim Luciano, *De dea Syr.*, 59 (os Sírios tinham *stigmates* de significação religiosa no pulso ou no pescoço, o que leva a crer que nos Semitas a tatuagem se relacionava com a religião).

«Sur le tatouage en général, et particulièrement sur celui des Insulaires de Noukahiwa». *Annales des voyages* publ. par Malte-Brun, t. XIV, Paris 1811, p. 257-270. Com figuras.

TARDIEU (A.): «Étude médico-légale sur le tatouage, considéré comme signe d'identité.» *Annales d'hygiène*, 2.ª série, t. III, Paris 1855, p. 171-206.

TABORDA (Anibal), sôbre tatuagem: na *Revista Amarela*, que suponho ser brasileira.—Tomo esta notícia da *Alma Nova*, ano II, p. 60-61.

«Le tatouage à Rouen». *Almanach de Normandie* pour 1862, p. 58-60.

«Il tatuaggio nelle alte classi sociali»: artigo em *Il Mattino illustrato*, n.º 21, Napoli 21-V-905. Com figuras.

«Il tatuaggio nella *Mala vita*». *Archivio per la tradiz. popolari*, vol. IX, 1890, 571-572.

THEVENOT: «De la manière de marquer: ce qu'on veut sur les bras». *Voyage en Orient*, 1665, p. 403-404.

TRAHNDORFF (Dr.): «Wie äussert sich der Schönheitssinn bei den Südsee-Insulanern in der Behandlung ihres nackten Körpers?». *Berliner Kunst-Blatt*, Berlim 1829, p. 286-295.

TYLOR, *La civilisation primitive* (trad. do inglês), t. I, p. 454: tatuagem nos Melanésios e Polinésios.

VARIOT:

— *Les tatouages européens*, Paris 1888.

— «Les tatouages et les peintures de la peau». *Revue scientifique.* 1889, n.º 13, p. 395-401. Com figuras. — Dêste artigo se fêz separata com o mesmo título num opúsculo de 20 páginas.

— O mesmo A. tratou do apagamento da tatuagem, depois de feita na pele: conheço isto por um resumo no *Elvense* de 3 de Maio de 1891.

VERVAECK (L.), *Le tatouage en Belgique*, Bruxelas, Hayer, 1906, 9 estampas. *In Mémoires de la Soc. d'Anthrop. de Bruxelles.*

*Wörter und Sachen* (revista): vid. LAUFFER, supra.

*

Esta resenha, não obstante a sua brevidade, dará ainda assim ao leitor bastantes notícias da significação, uso e geografia da tatuagem.

## III

## Texto de Estrabão referente à terapêutica dos Lusitanos

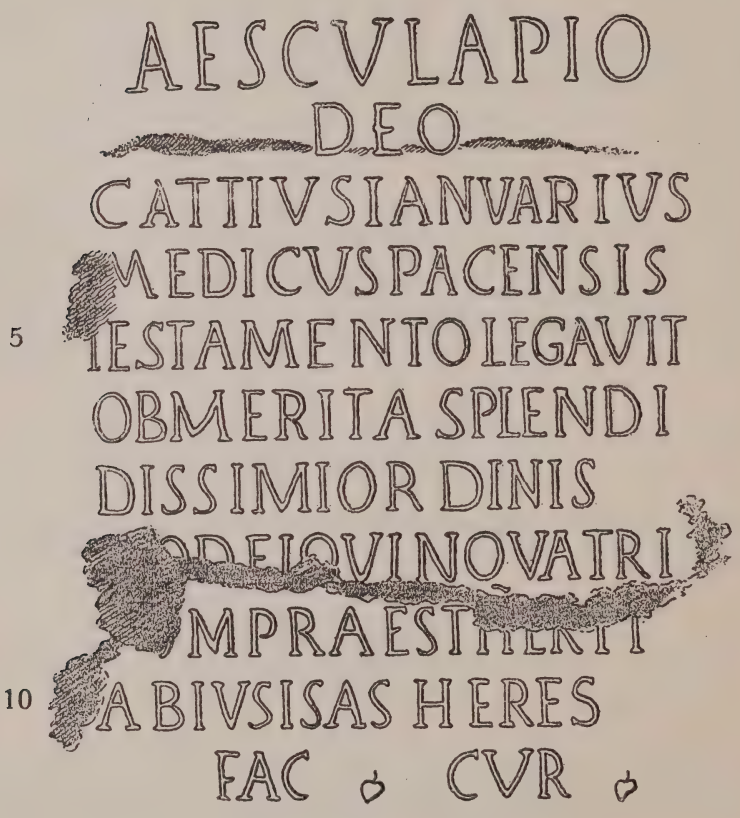
.. τοὺς δὲ ἀῤῥώστους ὥσπερ οἱ *Ἀσσύριοι τὸ παλαιόν, προτιθέασιν εἰς τὰς ὁδοὺς τοῖς πεπειραμένοις τοῦ πάθους ὑποθήκης χάριν.

(Da *Geografia*, III, III, 7. Vide a Anotação 14. — A tradução d'êste trecho deu-se no texto da Conferência, p. 24).

## IV

### Inscrições latinas da Lusitânia em que se lê a palavra *medicus*, pertencentes aos períodos romano e visigótico

N.º 1




A inscrição (vid. p. 19-20) está numa lápide que existe em S. Tiago de Cacém, e que deve ter provindo do *oppidum* de S. Brás (cfr. *O Arch. Port.*, XIX, 315), onde o D.or João Gualberto da Cruz e Silva está fazendo ao presente, com louvável inteligência e amôr

pátrio, frutíferas excavações arqueológicas. A lição que aqui publico, e que obtive numa viagem que expressamente para isto fiz a S. Tiago êste ano, difere da do *Corpus*, II, 21. Consagrar-lhe-hei um estudo noutra publicação.

N.º 2

VENERI VICTRICI
L· CORDIVS SYM
PHORVS MEDICVS
SACR· EX VOTO

Vid. sup., pág. 20 — De Mérida. Vid. *Corpus*, II, 470.

N.º 3

D M S
IVLIAE · SATVRNINAE
ANN · XXXV
VXORI · INCOMPARABILI
MEDICAE · OPTIMAE
MVLIERI · SANCTISSIMAE
CASSIVS · PHILIPPVS
MARITVS · OB MERITIS
H · S · E · S · T · T · L

Vid. supr. pág. 20 — De Mérida. Vid. *Corpus*, II, 497.

N.º 4

..IDVS MEDICVS DEBITO
..VS HOC IN SEPVLCRO QVIESCIT
..VRVS VIXISSE FERTVR FERE...

Vid. supr., pág. 22-23. — Temos aqui um fragmento de um *carmen*, de Mérida, que transcrevo das *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, de E. Hübner, n.º 526. Hübner propõe uma restituïção.

V

## Disposições do Código Visigótico a respeito dos médicos e dos doentes: livro XI, título 1.º (vid. supra, pag., 23)

### I. *Ne absentibus propinquis mulierem medicus flebotomare praesumat*

Nullus medicus sine praesentia patris, matris, fratris, filii aut avunculi, vel cuiuscumque propinqui mulierem ingenuam flebotomare praesumat, excepto si necessitas emerserit aegritudinis; ubi etiam contingat supradictas personas minime adesse, tunc aut coram vicinis honestis, aut coram servis et ancillis idoneis, secundum qualitatem aegritudinis, quae novit impendat. Quod si hoc sine praedictis praesumpsèrit, X (1) solidos propinquis aut marito coactus exsolvat, quia difficillimum nullatenus est, ut sub tali occasione ludibrium interdum adcrescat.

### II. *Ne medicus custodia retentos visitare praesumat*

Nullus medicorum, ubi comites, tribuni, aut villici in custodiam retruduntur, introire praesumat sine custode carceris; ne illi per me-

(1) Varianto: XX.

tum culpae suae mortem sibi ab eodem explorent. Nam si aliquid mortiferum his ab ipsis medicis datum vel indultum fuerit, multum rationibus publicis deperit. Si quis hoc medicorum praesumpserit, sententiam cum ultione percipiat.

III. *Si medicus pro aegritudine ad placitum expectetur*

Si quis medicum ad placitum pro infirmo visitando, aut vulnere curando poposcerit; quum viderit medicus vulnus, aut dolores agnoverit, statim sub certo placito cautione emissa infirmum suscipiat.

IV. *Si ad placitum susceptus moriatur infirmus*

Si quis medicus infirmum ad placitum susceperit, cautionis emisso vinculo, infirmum restituat sanitati; certe si periculum contigerit mortis mercedem placiti penitus non requirat: nec ulla exinde utrique parti calumnia moveatur.

V *Si de oculis medicus hypochysma tollat*

Si quis medicus hypochysim de oculis abstulerit, et ad pristinam sanitatem infirmum revocaverit, V solidos pro suo beneficio consequatur.

VI. *Si per flebotomum ingenuus vel servus mortem incurrat*

Si quis medicus dum flebotomiam exercet, ingenuum debilitaverit, CL .solidos coactus exsolvat. Si vero mortuus fuerit, propinquis continuo tradendus est, ut quod de eo facere voluerint, habeant potestatem. Si vero servum debilitaverit aut occiderit, huiusmodi servum restituat.

VII *De mercede discipuli*

Si quis medicus famulum in doctrina susceperit, pro beneficio suo XII solidos consequatur.

VIII *Ne indiscussus medicus custodia deputetur*

Nullus medicum inauditum, excepta homicidii causa, in custodiam tradat. Pro debito tamen sub fideiussore debet consistere.

(Dos *Portugaliae Monum. hist.*, Leges et Consuetud., p. 108.)

## VI

## Lista de objectos concernentes à Etnografia e História médicas enviados pelo Museu Etnológico Português, para fazerem parte, como fizeram, da Exposição realizada na Faculdade de Medicina de Lisboa.

Os objectos expostos pelo Museu formavam três secções: Medicina gentílica, Medicina lusitânica, Medicina portuguesa.

### I. Medicina gentílica:

Nesta secção o Museu expôs uma máscara de madeira, vinda da nossa província de Angola, e oferecida a êle pelo S.or Carlos Maia Pinto, antigo Presidente de Ministério no actual regimen. A máscara traz junto um papel com a seguinte explicação: «usada pelos médicos-feiticeiros *(quibandas)* nas suas cerimónias e feitiços. Serve nas danças simbólicas. — Região dos Dembos (Caculo — Cahenda)». Número de entrada no Museu: 6.882.

Dimensões da máscara: $0^{m},265 \times 0^{m},185$. Rosto oval, preto, pintalgado de branco e vermelho; olhos, nariz e bôca irregularmente esculpidos. No queixo inferior sobressaem, ao todo, nove ou dez dentes, de talhe triangular e uniforme, como num serrote, embora alguns com os ângulos quebrados. Os globos oculares estavam representados por vidros, de que só resta um pedacito no ôlho direito. Fisionomia serena e boçal.

Os etnógrafos têm na verdade observado que certos povos selvagens se servem muito de máscaras em várias circunstâncias: vid. no-

tícia d'isto, por exemplo, em: *L'Anthropologie* (revista), VIII 631, XVI 91, 597, XXIX 38, XXX 181; Deniker, *Les races et les peuples*, 235, 647; *Handbook to the ethnographic. collections* (Museu Britânico), 2.ª ed. p. 36, 134; M. Haberlandt, *Völkerkunde*, Leipzig 1917 (Göschen), t. I, p. 119; e sobretudo R. Andree, *Ethnographische Parallelen*, II (1889), 107-165, onde estuda os seguintes grupos de máscaras: respectivas ao culto, á guerra, a cadáveres, à justiça, e a espectáculos & danças. Em Ceilão as máscaras servem para expulsar demónios causadores de moléstias, — vid. *Illustrierte Völkerkunde* (obra publicada sob a direcção de Buschan), t. II, parte 1.ª p. 552 —: e é êste o caso que aqui nos importa principalmente. De outros usos de máscaras se trata na mesma obra, t. I, p. 89, 151, 152, 305, t. II, 1.ª parte, p. 655, etc. É bem sabido que nos povos selvagens o feiticeiro é ao mesmo tempo o sábio por excelência, o adivinho, o médico: cf. P.e Daniel da Cruz, *Em terras de Gaza* (Moçambique), Pôrto. 1910, p. 140.

O uso de máscaras ascende, segundo tôdas as probabilidades, ao período paleolítico (vid. H. Obermaier, *El hombre fosil*, 2.ª ed., p. 430; Breuil in *L'Anthropologie*, XXV 421), e através da antiguidade clássica, e da idade-média, continua ainda a existir em tempos modernos.

As origens históricas e as razões do emprêgo variam, porém, conforme cada caso especial.

Nos meus verbetes poligráficos tenho mais as seguintes indicações bibliográficas, resultantes de leituras várias: Caroline Stewart, *Werewolf*, Missouri 1909, p. 15 (classificação das máscaras, segundo os usos); *Annual Report of the United States, Bureau of Ethnology*, 1881-1882, p. 73 ss., e p. 11 e nota 37 (origem e desenvolvimento do uso das máscaras), artigo citado por Stewart na obra precitada; Dussaud, *Civilis. méditerr.*, 2.ª ed., p. 399 (máscaras de ouro da necrópole de Micenas); Deonna, *L'Archéologie*, I. 207, nota 8, 209 (máscaras em túmulos de Micenas e Creta); Marquardt, *Vie privée des Romains* (trad. do alem.), I, 284 (máscaras funebres); *Revue Archéologique* 1903, p. 5 (máscaras fúnebres); Cumont, *Mithra*, I, 316 (no teatro grego: origem religiosa); *Archives suisses des trad. popul.*, XX, 364 (na Suiça: no carnaval, etc.); *Zeitsch. des Ver. p. Volhskunde*, IX, 109 ss. (no Tirol: desde a Purificação da Virgem até 3.ª feira de Entrudo, com excepção de 6.ª e Sábado).

## II. **Medicina lusitânica:**

A par com desenhos de lâminas pre-históricas de pedra (presumíveis instrumentos cirúrgicos), de desenhos de um crânio trepanado e de um *donarium* do templo de Endovélico, e bem assim de cópias de inscrições lapidares, expôs o Museu objectos de bronze e de pedra da época lusitano-romana: do que tudo se tratou na conferência. Vid. também as estampas. — O autor do presente opúsculo expôs, como complemento natural d'esta secção, o folheto do D.or Soares, *Medicina Lusitana,* de que se falou acima, pág. 10.

## III. **Medicina portuguesa.:**

Sob o título de «Medicina portuguesa» podemos entender: Medicina pròpriamente dita, ou Medicina culta; e Medicina popular.

A) Medicina culta:

Expôs o Museu estas três obras:

— *Luz de cirurgiões embarcadissos* (sic), pelo D.or Joseph Rodriguez de Abreu, Lisboa 1711;

— *Memoria physiologica e pratica sobre o aneurisma e a ligadura das arterias* (manuscrito);

— *Prática de barbeiros* (sangradores) por Manuel Leytam, Coimbra 1693.

E além d'isso as seguintes curiosidades de História médica ou médico-cirúrgica:

— certidão de visita à botica do Recolhimento das Religiosas Ursulinas, Vila de Pereira (7 de Outubro de 1807);

— carta de médico passada a António Manuel de Siqueira (1765);

— um retrato (gravura) do D.or José Francisco Leal (1744-1792);

— várias receitas de médicos de Braga do séc. XIX;

— carta de ofício de sangrador, passada a Tomás Pires da Cunha (1764);

— outra passada a José Diogo (1794);

— estojo de sangrador, com lanceta (meados do séc. XIX).

B) Medicina popular:

A Medicina popular compõe-se de elementos, em parte tradicionais, de origem muito remota e muito complexa, em parte devidos à experiência quotidiana, e ao contacto, em todos os tempos, com a Medicina culta. Êsses elementos, no seu conjunto, apresentam dois aspectos: de Medicina prática ou efectiva, e de Medicina supersticiosa. O sangrador tanto pertence à Medicina culta, como à popular. — Vid. o meu livrinho *A figa,* Pôrto 1925, pág. 7-17.

1. Medicina efectiva:

Se a Odontologia tem hoje principios certos em que se funda, expostos em tratados doutrinários, e em cursos universitários, e por isso a Terapêutica dentária legalmente só a exerce quem possue as devidas habilitações, não acontecia assim outr'ora. O dentista foi ainda até há bem pouco um tipo exclusivamente popular.

O Museu expôs aqui:
— um boticão;
— dois ferros de *chumbar dentes;*
— uma campaínha com que um dentista costumava anunciar-se nas feiras ao público, e atraír clientela (cfr. o meu livro *A barba em Portugal,* p. 36).

2. Medicina supersticiosa:

Na Medicina supersticiosa há ideas que foram introduzidas pelo Cristianismo, e outras que tiveram, ou têm, origem estranha a êle, por vezes mais antiga, embora modificadas cristãmente. O Museu expôs, com relação ao segundo grupo: amuletos; e com relação ao primeiro: uma espécie de *nómina,* registos de santos, e ex-votos.

a) *Amuletos:*

Acêrca da data dos nossos amuletos. cfr.: *Hist. do Museu Etnológico,* Lisboa 1915, pág. 234; *A figa* (já cit.); e *Signum Salomonis,* Lisboa 1918. — Amuletos expostos pelo Museu:

— raminho de coral e um anel (contra a melancolia);
— anel de corvina (contra dores oftálmicas);
— anel *da fava* e anel *da enxaqueta* (contra a enxaqueca): acêrca do anel *da fava* cfr. A. Th. Pires, *Amuletos alemtejanos*, Elvas 1904, pág. 21;
— dente de lobo ( contra males sobrevindos à dentição);
— figa de azeviche (contra mau olhado);
— três meias-luas (contra a *doença da lua*, nas crianças);
— cambolhada ou conjunto de vários amuletos.

*a)* Objectos de carácter religioso:

— Papelinho de $0^{m},15 \times 0^{m},10$, em que está gravada uma cruz, encimada d'êstes dizeres: *Remedio Saudavel contra a Peste. Fórma da cruz.* Por baixo da cruz lê-se I H S.† M R A (= Jesus Maria); e dentro há cruzes secundárias e letras iniciais de fórmulas mágicas (cfr. os meus *Ensaios Etnograph.*, III, 171). Tôdas as letras são de imprensa. Os nossos autores chamaram geralmente *nómina* a uma saquinha com relíquias e orações impressas: vid. os Dicionários de Bluteau, Movaes, e Couto; mas na origem, como o nome o diz, e como se deduz de outras circunstâncias, deve ter-se chamado *nómina* a uma dessas orações, ou melhor, fórmulas mágicas análogas à de que se aqui trata. Sinónino de *nómina* em tal sentido é *escrito* (em Tras-os-Montes): cfr. *O Arch. Portug.*, XXII, 34, nota 2.

— Registos de santos advogados de doenças. Quem vai a uma romaria ou simplesmente a um santuário cumprir uma promessa, ou praticar uma devoção, recebe em comemoração d'isso um papel com uma imagem que representa a entidade cristã a quem a promessa ou a devoção se refere: êste papel, assim estampado, chama-se *registo.* Os santos que figuram nos *registos* expostos pelo Museu são: S. Gens, S. Roque, S. Quintino, Santa Luzia, Santa Marta. Vid. sôbre o assunto um substancioso estudo do S.or Luís Chaves, intitulado *Registos de santos*, Lisboa 1925, acompanhado de estampas (separata *d'O Archeologo Portuguez)*, onde trata dos registos em geral, e dos do Museu Etnológico em particular.

— *Ex-votos.* Os ex-votos expostos pelo Museu Etnológico, pro-

vindos de vários santuários, aonde os crentes os haviam levado, são de três espécies: representações de partes do corpo humano (de madeira, de cera, de prata), que os crentes supuseram curadas por intervenção miraculosa; painéis ou *retábulos*, em que se figuram doentes curados pelo mesmo modo (o mais notável dos painéis expostos representa uma operação de catarata); conjunto de tijela e quatro colheres, oferecidas à Senhora do fastio, na Sé de Vizeu, como prova de gratidão por uma cura. — Os nossos ex-votos datam do paganismo pre-romano e romano, e pode seguir-se a sua história através da idade-média. Cfr. a já cit. *Hist. do Museu Etnológico*, pág. 23 e 28, e bem assim *O Arch. Port.*, XXII, 142, e *Bolet. de Etnografia*, n.º 2, pág. 17 e 18. Dos do Museu Etnológico fez também o S.or Luís Chaves belo catálogo, que publicou em 1915 (separata d'*O Arch. Port.)*.

# INDICE


Pag.

Dedicatória ..... 7

Conferência:

Palavras prévias ..... 9
I Medicina pre-histórica ..... 11
II Medicina proto-histórica ..... 14
III Medicina lusitano-romana ..... 18
IV Medicina lusitana no período germânico ..... 22
Remate ..... 24
Anotações à Conferência ..... 27
Estampas e respectiva explicação ..... 31

Apêndice:

I Da palavra «Lusitano» ..... 39
II Para a bibliografia da tatuagem:
I Generalidades ..... 41
II Bibliografia portuguesa ..... 43
III Bibliografia estrangeira ..... 45
III Texto de Estrabão referente á terapêutica dos Lusitanos ..... 53
IV Inscrições latinas da Lusitania com a palavras *medicus* ..... 54
IV O Código Visigótico e os médicos ..... 56
V Lista de objectos concernentes à Etnografia e História médicas enviados pelo Museu Etnológico Português para a Exposição realizada na Faculdade de Medicina ..... 58

ACABOU DE IMPRIMIR-SE EM 9
DE AGÔSTO DE 1926 NAS OFICINAS
GRÁFICAS DO MUSEU COMERCIAL
DE LISBOA — RUA DO QUELHAS, 6-A

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
00028925655